Medida Provisória n° 1126, de 2022

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

Explicação da Ementa:

A presente Medida Provisória tem por finalidade revogar a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

Assunto: Política Social - Saúde

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Destino: À promulgação

Último local: 25/10/2022 - Secretaria de Expediente

Último estado: 17/11/2022 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

22/10/2022

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Wellington Fagundes (encerrado em 25/10/2022 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

18/11/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Publicada no DOU de 18/11/2022, Seção 1, página 2, RETIFICAÇÃO na Lei nº 14.466, de 16 de novembro de 2022.

17/11/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 405 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 146/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.466 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 406, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Publicado no DCN Páginas 15 - DCN nº 44

TRAMITAÇÃO

17/11/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI N° 14466 DE 2022.
DOU (Diário Oficial da União) - 17/11/2022 - Seção I - pág. 5.
Promulgada em 16/11/2022.

25/10/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

25/10/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 25/10/2022)
Encaminhada à publicação a presente MPV.
Proferido pelo Senador Wellington Fagundes o Parecer nº 310, de 2022-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovada a MPV nº 1126, de 2022.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 15-21 - DSF nº 175

Publicado no DSF Páginas 72-75 - DSF nº 175

Publicado no DSF Páginas 93-98 - DSF nº 175

25/10/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Wellington Fagundes por deliberação da matéria.

25/10/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido Relatório do Senador Wellington Fagundes, às 12h21.

20/10/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.
Designado o Senador Wellington Fagundes Relator de Plenário.

Publicado no DSF Páginas 72-75 - DSF nº 175

19/10/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela Câmara dos Deputados.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 543/2022/SGM-P.

18/10/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pela Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP).

TRAMITAÇÃO

18/10/2022 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício n° 291/2022, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória n° 1.126/2022 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 18/10/2022 - 13h55 - 140ª Sessão).
Discussão em turno único.
Designada Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pela Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.126/2022.
Encerrada a discussão.
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 1.126, de 2022.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pela Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 1.126-A/2022).

18/10/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pela Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP).

18/10/2022 PLEN - Plenário

Ação: Designada Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP)

11/10/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

10/10/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

05/10/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

19/08/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 25/10/2022. Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 64, DE 2022.

Publicado no DCN Páginas 175 - DCN nº 32

19/08/2022 PLEN - Plenário

Ação: Ato n. 64, de 18/08/2022, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 19/08/2022 – Seção 1 – Página 3)

TRAMITAÇÃO

02/08/2022 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/08/2022 PAG 1158

02/08/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se)

15/07/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício n. 291/2022, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.126 , de 2022, que "Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado".
Recebida a Mensagem nº 301/2022, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1126/2022.

15/07/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 291, de 15/07/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.126, de 2022.

22/06/2022 CMMPV 1126/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1126, de 2022

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

22/06/2022 CMMPV 1126/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1126, de 2022

Ação: No prazo regimental não foram apresentadas emendas à Medida Provisória.

20/06/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À Coordenação de Comissões Mistas (COCM) para recebimento de emendas.

20/06/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 15/06/2022 a 26/08/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 15/06/2022 a 21/06/2022(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12/08/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

TRAMITAÇÃO

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 21/06/2022.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

15/06/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 15/06/2022, Edição Extra C, na página 3, a Medida Provisória 1126/2022.

Publicado no DOU Páginas 3 Edição Extra (nº C)

DOCUMENTOS

MPV 1126/2022

Data: 15/06/2022

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

Avulso inicial da matéria

Data: 15/06/2022

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 15/06/2022, Edição Extra C, na página 3, a Medida Provisória 1126/2022.

Descrição/Ementa: -

Quadro Comparativo

Data: 15/06/2022

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 15/06/2022, Edição Extra C, na página 3, a Medida Provisória 1126/2022.

Descrição/Ementa: Comparação entre a legislação alterada e a MPV nº 1126/2022.

Calendário

Data: 20/06/2022

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 15/06/2022 a 26/08/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 15/06/2022 a 21/06/2022(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12/08/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 21/06/2022.

DOCUMENTOS

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Nota Técnica

Data: 22/06/2022
Autor: Congresso Nacional
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1126, de 2022
Descrição/Ementa: Nota Técnica n. 35/2022

OFCN 291/2022

Data: 15/07/2022
Autor: Presidente do Congresso Nacional
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 291, de 15/07/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.126, de 2022.
Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o processado da Medida Provisória n° 1126, de 2022.

Ato

Data: 18/08/2022
Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Local: null
Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1126, de 2022, pelo período de sessenta dias.

Autógrafo aprovado na

Data: 20/10/2022
Autor: Câmara dos Deputados
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

Avulso inicial da matéria

Data: 20/10/2022
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.
Designado o Senador Wellington Fagundes Relator de Plenário.
Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 25/10/2022
Autor: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Recebido Relatório do Senador Wellington Fagundes, às 12h21.
Descrição/Ementa: Parecer - MPV 1126

DOCUMENTOS

P.S 310/2022 - PLEN

Data: 25/10/2022

Autor: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 25/10/2022)
Encaminhada à publicação a presente MPV.
Proferido pelo Senador Wellington Fagundes o Parecer nº 310, de 2022-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovada a MPV nº 1126, de 2022.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 310, de 2022-PLEN/SF.

Minuta

Data: 25/10/2022

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

MPCN 146/2022

Data: 17/11/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 405 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 146/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.466 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 406, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Presidência da República o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1.126, de 2022.

OFCN 406/2022

Data: 17/11/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 405 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 146/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.466 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 406, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1.126, de 2022.

OFCN 405/2022

Data: 17/11/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Congresso Nacional

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 405 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

DOCUMENTOS

encaminhando a Mensagem CN nº 146/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.466 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 406, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem da Presidência da Mesa do Congresso Nacional participando a promulgação da Medida Provisória n° 1.126, de 2022.

Autógrafo - MPV 1126/2022

Data: 17/11/2022

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 405 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 146/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.466 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 406, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.